Assinado por: **SANDRA CRISTINA CHIQUITO DE MORAES SERÔDIO**
Num. de Identificação: 10543657
Data: 2022.09.27 14:12:58+01'00'

CARTÃO DE CIDADÃO

Caderno de Encargos

Elaboração dos projectos de Requalificação da Escola EB2,3 Joaquim Magalhães

Cláusulas gerais
Características da prestação de serviço
Mapa de quantidades

ÍNDICE

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES INICIAIS
Cláusula 1 - Designação, objeto e local da prestação dos serviços
Cláusula 2 - Aspetos de execução do contrato
Cláusula 3 - Disposições por que se rege o contrato
Cláusula 4 - Prazo e vigência do contrato
Cláusula 5 - Plano de prestação de serviços
Cláusula 6 - Representação das partes / gestor de contrato

CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS
SECÇÃO I – OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO
SUBSECÇÃO I – Disposições gerais
Cláusula 7 - Obrigações principais do adjudicatário
Cláusula 8 - Responsabilidade geral do adjudicatário
Cláusula 9 - Garantia técnica

SUBSECÇÃO II – DEVER DE SIGILO
Cláusula 10 - Objeto e prazo do dever de sigilo

SECÇÃO II – OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE
Cláusula 11 - Preço contratual
Cláusula 12 - Condições de pagamento / revisão de preços

CAPÍTULO III – PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO
Cláusula 13 - Penalidades contratuais
Cláusula 14 - Força maior
Cláusula 15 - Resolução por parte da entidade adjudicante
Cláusula 16 - Resolução por parte do adjudicatário

CAPÍTULO IV – CAUÇÃO E SEGUROS
Cláusula 17 - Caução
Cláusula 18 - Seguros

CAPÍTULO V – RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS
Cláusula 19 - Foro competente

CAPÍTULO VI – DISPOSIÇÕES FINAIS
Cláusula 20 - Subcontratação e cessão da posição contratual
Cláusula 21 - Cessão da posição contratual por motivo de incumprimento
Cláusula 22 - Direitos de propriedade intelectual
Cláusula 23 - Comunicações e notificações
Cláusula 24 - Contagem dos prazos
Cláusula 25 - Legislação aplicável

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES INICIAIS

Cláusula 1 - Designação, objeto e local da prestação de serviços

1 – Designação

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual de **"Elaboração dos projectos de Requalificação da Escola EB2,3 Joaquim Magalhães"** (doravante "serviços").

2 – Objeto

A presente aquisição de serviços, consiste na elaboração de projetos para a requalificação da Escola EB2,3 Joaquim Magalhães, contemplando os projetos e documentações que deverão ser elaboradas nos termos do estabelecido na Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho conforme disposto nas peças concursais e dever-se-á reger pelo objetivo e características gerais da obra, ie, requalificação da escola dotando-a de condições de mobilidade e acessibilidade, conforto térmico, acústico e dignidade de funcionamento adequado às atuais normas que se regem os estabelecimentos de ensino, sendo dado cumprimento à legislação vigente na presente data.

Contemplando as seguintes fases:

- 1.ª Fase:
  - ✓ Levantamento topográfico;
  - ✓ Levantamento do edifício;
  - ✓ Entrega de Projeto base de arquitetura e arranjos exteriores, composto por memória descritiva e justificativa das soluções preconizadas em projecto, elementos gráficos elucidativos da proposta sobre a forma de plantas, alçados, e cortes, dimensionamento e características fundamentais da obra.

- 2.ª Fase:
  - ✓ Projeto de execução de arquitetura, especialidades e infraestruturas, elaboradas de acordo com o projeto de arquitectura, incluindo os elementos constantes do Cap. III, com exceção da Assistência Técnica.

- 3.ª Fase - Assistência técnica.

Os serviços deverão ser prestados de acordo com as características, especificações técnicas e quantidades constantes do presente caderno de encargos.

3 – Local da prestação do serviço

a) Os serviços objeto do contrato a celebrar serão prestados em Escola EB2,3 Neves Júnior.

b) Todas as despesas e custos relacionados com o transporte de pessoas e bens para o local referido no número anterior, para efeitos da prestação dos serviços objeto do contrato a celebrar, são da responsabilidade do adjudicatário.

Cláusula 2 - Aspetos de execução do contrato

1 - Nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 42.º do CCP (aspetos *submetidos à concorrência*), é definido parâmetro base para o **fator preço**, a saber:

- ✓ Preço máximo = preço base: **74.900,00€** acrescido de IVA.

2 - Nos termos do n.º 5 do artigo 42.º do CCP (aspetos *não submetidos à concorrência*), é definido parâmetro base para o fator **prazo**, a saber:

- ✓ Prazo máximo: **120 dias**

3 - As propostas a apresentar devem situar-se dentro dos parâmetros base definidos na presente cláusula, sob risco de exclusão, conforme estabelecido nas alíneas a) e b) do artigo 70.º do CCP.

Cláusula 3 - Disposições por que se rege o contrato

1 - O contrato a celebrar será reduzido a escrito, nos termos do disposto nos artigos 94.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de

agosto e alterado pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio (doravante "CCP"), sendo composto pelo respetivo clausulado e seus anexos.

Caso se venha a verificar que pelo valor da adjudicação, o presente contrato tem enquadramento na alínea a) do n.º 1 do artigo 95.º do CCP, este não será reduzido a escrito.

2 - A execução do contrato obedece:

a) Às cláusulas do contrato e ao estabelecido em todos os elementos e documentos que dele fazem parte integrante.

b) Ao Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto e alterado pela Lei n.º 30/2021 de 21 de maio;

c) À restante legislação e regulamentação aplicável.

3 - Para efeitos do disposto no número anterior, consideram-se integrados no contrato os seguintes elementos:

a) Os, suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;

b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;

c) O presente caderno de encargos;

d) A proposta adjudicada;

e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário;

f) Todos os outros documentos que sejam referidos no clausulado contratual ou no caderno de encargos.

4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

5 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 3 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos pela entidade adjudicante, de acordo com o disposto no artigo 99º do CCP e aceites pelo adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 101º do mesmo diploma legal.

6 - As normas constantes do CCP relativas às fases de formação e de execução do contrato prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes.

7 - As peças do procedimento prevalecem sobre as indicações constantes da plataforma eletrónica de contratação, em caso de divergência.

Cláusula 4 - Prazo e vigência do contrato

1 - A presente aquisição de serviços **inicia-se** com a celebração do contrato escrito.

2 - O contrato a celebrar extingue-se com a conclusão da prestação da totalidade dos serviços objeto do contrato, sem prejuízo das obrigações que decorram das garantias obrigatórias previstas na lei e nas peças do procedimento.

3 - Quando a cessação do contrato tenha lugar antes ser atingido o valor contratual, o facto não conferirá ao adjudicatário o direito a qualquer indemnização ou compensação, designadamente pela diferença entre os valores recebidos pelos serviços efetivamente prestados e o valor do preço contratual.

4 - Salvaguarda-se a possibilidade de a entidade adjudicante poder cessar o contrato, antes do seu término, por motivos devidamente justificados.

5 - Para o efeito do número anterior, deve entidade adjudicante, por escrito, dar conhecimento da sua intenção ao adjudicatário, com um prazo mínimo de 30 dias de antecedência, indicando a data a partir da qual pretende cessar o contrato.

6 - O prazo de vigência do contrato não pode ser superior a três anos, incluindo quaisquer prorrogações expressas ou tácitas do prazo de execução das prestações que constituem o seu objeto, salvo se tal se revelar necessário ou conveniente em função da natureza das prestações objeto do contrato ou das condições da sua execução.

7 - O disposto no número anterior não é aplicável a obrigações acessórias que tenham sido estabelecidas inequivocamente em favor do contraente público, designadamente obrigações de sigilo, de conformidade dos bens adquiridos e de garantia dos mesmos.

Cláusula 5 - Plano de prestação de serviços

1 - O adjudicatário obriga-se a concluir a execução dos serviços, em perfeitas condições de utilização, no prazo máximo de **120 dias** a contar da data da assinatura do contrato a celebrar sem prejuízo da observância do prazo de entrega que conste da proposta adjudicada, se inferior.

2 - A presente prestação de serviços contempla as seguintes fases:

1.ª Fase, com prazo de **60 dias**

2.ª Fase com prazo de **60 dias**

3.ª Fase - Assistência técnica, nos termos previstos nas características da prestação

3 - Os prazos previstos nos números anteriores podem ser prorrogados por iniciativa da entidade adjudicante ou a requerimento do adjudicatário, devidamente fundamentado, carecendo de prévio acordo das partes, prestado por escrito, apenas quando tal se revelar necessário ou conveniente em função da natureza das prestações objeto do contrato ou das condições da sua execução

4 - Os prazos estabelecidos nos números anteriores contam-se nos termos dos artigos 471.º do CCP e do artigo 279.º do Código Civil e o seu não cumprimento dará lugar à aplicação de penalidades contratuais em conformidade com o estabelecido no presente caderno de encargos.

Cláusula 6 - Representação das partes / gestor de contrato

1 - Cada uma das partes obriga-se a nomear um representante responsável pelo acompanhamento da execução do contrato e que desempenhe o papel de interlocutor com a parte contrária para todos os fins associados à execução do contrato.

2 - A entidade adjudicante designa um gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste e um gestor que substitui aquele nas suas faltas e impedimentos.

CAPÍTULO II – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS
SECÇÃO I – OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO
SUBSECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 7 - Obrigações principais do adjudicatário

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:

a) Prestar os serviços objeto do contrato a celebrar nos termos, condições, especificações técnicas e prazos previstos na lei, no presente caderno de encargos e demais documentos contratuais;

b) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições de ao fornecimento dos bens, assim como conferir todos os esclarecimentos que se demonstrem necessários;

c) Respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, as especificações e homologações de organismos oficiais e fabricantes ou entidades detentoras de patentes;

d) Providenciar e afetar à execução do contrato, todos os meios humanos, materiais e informáticos necessários e adequados à execução dos trabalhos a realizar no âmbito do objeto do presente contrato, incluindo, nomeadamente pessoal dotado das categorias profissionais adequadas, licenças e outros documentos legalmente exigidos, bem como

ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo;

e) Executar as prestações objeto do contrato a celebrar de acordo com aqueles que sejam, em cada momento, os procedimentos e técnicas mais atuais, completos e funcionais;

f) Proceder com a diligência necessária, nomeadamente no que respeita à recolha da informação prévia indispensável, à planificação das circunstâncias de modo, tempo e lugar, à ordenação dos meios e, em geral, à antecipação das situações relevantes para o fornecimento dos bens, de modo a salvaguardar que a mesma é feita nos termos contratados e nos termos legais, sem suspensões ou falhas que pudessem ter sido previstas;

g) Assumir os riscos inerentes ou relacionados com a prestação dos serviços;

h) Cumprir todas as obrigações para com o pessoal afeto à execução da prestação de serviços, designadamente, contratar e manter em vigor um seguro de acidentes de trabalho e de responsabilidade civil para todo o seu pessoal interveniente na execução do contrato a celebrar, bem como todos os demais seguros legalmente exigíveis para as atividades a desenvolver no respetivo âmbito.

i) Não alterar as condições da prestação de serviços fora dos casos expressamente previstos no presente caderno de encargos;

j) Observar e garantir a confidencialidade relativamente a toda a informação a que venha a ter acesso, no âmbito ou em virtude do contrato a celebrar;

k) Designar quem o represente, perante a Entidade Adjudicante, para efeitos de gestão e acompanhamento da execução do contrato a celebrar, e comunicar à Entidade Adjudicante, com antecedência, a sua eventual substituição;

l) Comunicar à Entidade Adjudicante, de imediato e por escrito, qualquer circunstância que possa condicionar ou influir na regular execução das prestações objeto do Contrato a celebrar e, em particular, qualquer alteração à sua situação jurídica ou comercial, bem como dos seus colaboradores afetos à prestação dos Serviços;

m) Prestar, de forma correta, atempada e fidedigna, todos os esclarecimentos e informações que razoavelmente lhe sejam solicitados pela Entidade Adjudicante;

n) Em geral, executar as prestações objeto do contrato a celebrar de acordo com as melhores práticas e com elevada qualidade, eficiência, adequação e suficiência, atendendo ao fim a que se destinam, praticando todos os atos necessários ao bom cumprimento das obrigações para si emergentes do contrato a celebrar.

Cláusula 8 - Responsabilidade geral do adjudicatário

1 - Com a assinatura do contrato a celebrar, o adjudicatário reconhece e declara expressamente ter conhecimento integral do(s) local(is) e equipamentos onde será realizada a prestação dos serviços, tendo feito todos os levantamentos, visitas e inspeções que considerou necessários à boa execução do contrato, de modo a tomar conhecimento de todas as suas condições, dimensões, características e, bem assim, de todas as condicionantes que possam afetar a execução dos serviços.

2 - O adjudicatário é o único e exclusivo responsável pela correta e pontual prestação dos serviços objeto do contrato a celebrar.

3 - O adjudicatário responderá, designadamente, por qualquer falta, incumprimento, deficiência, erro ou omissão na prestação de serviços objeto do contrato, independentemente de qual a sua origem o momento em que sejam detetados, com exceção daqueles a que, exclusiva e comprovadamente, a entidade adjudicante tenha dado causa.

4 - É da única e exclusiva responsabilidade do adjudicatário todas e quaisquer eventuais responsabilidades civis, criminais e contraordenacionais decorrentes do incumprimento do objeto do Contrato a celebrar, bem como do incumprimento/infrações dos dispositivos consignados em toda a legislação aplicável.

5 - O adjudicatário é o único e exclusivo responsável pelos encargos e responsabilidades decorrentes da utilização de quaisquer elementos protegidos por um direito de propriedade intelectual ou direitos de autor, sejam estes nacionais ou estrangeiros.

6 - A faculdade de fiscalização da execução do contrato por parte da entidade adjudicante não afasta ou diminui a responsabilidade do adjudicatário na sua execução.

7 - Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada ou a incorrer em responsabilidade, de qualquer natureza, perante terceiros, com causa, direta ou indireta, em quaisquer deficiências, erros ou omissões na prestação de serviços que sejam imputáveis ao adjudicatário, ou a terceiros por si contratados, seja a titulo de dolo ou de negligência, assistir-lhe-á direito de regresso contra este, obrigando-se o adjudicatário a indemnizar a entidade adjudicante por todas as despesas que, em consequência, esta haja de fazer e por todas e quaisquer quantias que tenha de desembolsar, seja a que título for.

8 - O disposto no número anterior é igualmente aplicável, com as necessárias adaptações, em caso de incumprimento, pelo adjudicatário, incluindo o seu pessoal e outras pessoas intervenientes na execução do contrato por conta do adjudicatário, de quaisquer disposições legais ou regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho, nomeadamente quando aquela decorra em instalações da entidade adjudicante.

9 - O adjudicatário responderá igualmente pelo risco, por quaisquer danos e prejuízos causados no âmbito da execução das prestações objeto do contrato a celebrar, à entidade adjudicante ou a terceiros, resultantes de circunstâncias fortuitas ou imprevisíveis ou de quaisquer outras, com exceção daquelas a que, exclusiva e comprovadamente, a entidade adjudicante tenha dado causa.

Cláusula 9 - Garantia técnica

1 - O adjudicatário garantirá, sem quaisquer encargos adicionais para a entidade adjudicante, a conformidade técnica dos serviços prestados tendo em conta a natureza e o fim a que os mesmos se destinam, bem como de todos os elementos que os compõem, contra quaisquer vícios, defeitos ou desconformidades com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos e funcionais estabelecidos no presente caderno de encargos e nos demais documentos contratuais.

2 - A entidade adjudicante deverá comunicar ao adjudicatário, no prazo máximo de um mês, quaisquer defeitos, anomalias ou discrepâncias detetados, obrigando-se o

adjudicatário a retificar, alterar ou suprir todos os defeitos e discrepâncias detetados, no prazo fixado pela entidade adjudicante para o efeito, sem que seja devida qualquer contrapartida.

SUBSECÇÃO II - DEVER DE SIGILO

Cláusula 10 - Objeto e prazo do dever de sigilo

1 - As partes obrigam-se reciprocamente a manter sigilo sobre o conteúdo do presente procedimento e sobre quaisquer factos relacionados com a sua execução.

2 - O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato, sendo ainda responsável por cumprir com o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD).

3 - O adjudicatário obriga-se, ainda, a assegurar que os seus trabalhadores e outros colaboradores ou subcontratados aceitam, na íntegra e sem reservas, observar o dever de sigilo emergente do contrato a celebrar, nos exatos termos e condições em que o mesmo obrigue o adjudicatário.

4 - A informação coberta pelo dever de sigilo não poderá ser revelada a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato a celebrar.

5 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de confidencialidade não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

6 - Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que forem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

7 - Cessa a obrigação de sigilo quando haja autorização escrita da outra parte, quando a informação seja exigida por lei ou por competente autoridade pública e quando se destine a entidades que venham a financiar projetos ligados ao presente procedimento, comprometendo-se cada uma das partes, neste último caso, a impor regras de confidencialidade a essas entidades financiadoras que assegurem, no mínimo, um grau de confidencialidade idêntico ao estipulado por contrato.

SECÇÃO II OBRIGAÇÕES DO CONTRAENTE PÚBLICO

Cláusula 11 - Preço contratual

1 - Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2 - O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas, diretos e indiretos, relacionados com o contrato a celebrar e com a execução de todas as obrigações e prestações emergentes do mesmo, incluindo as referidas na cláusula 7 e todas as obrigações secundárias e acessórias, designadamente, os respeitantes a armazenamento e transporte de bens, a encargos com pessoal, a instrumentos, a materiais de consumo, à montagem e demais serviços acessórios, a custos administrativos, a deslocações, despesas de alojamento e alimentação, a seguros, a taxas, autorizações e licenças, a emolumentos e registos, a cauções, a coimas e multas e a quaisquer outros não expressamente excluídos do preço ou que não sejam autonomamente imputados à entidade adjudicante, nos termos do presente caderno de encargos, os quais serão da inteira responsabilidade e diretamente suportados pelo adjudicatário, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

3 - O preço estipulado nos termos da presente cláusula será devido, e como tal faturado pelo adjudicatário, na estrita medida dos serviços concretamente efetuados, não sendo devidos quaisquer quantias por serviços não solicitados ou não prestados, não tendo o

adjudicatário direito a qualquer tipo de compensação por esse facto, seja a que título for.

Cláusula 12 - Condições de pagamento / revisão de preços

1 - O preço contratual será devido de forma faseada, de acordo com os serviços prestados em cada prestação, executados de acordo com a solicitação da entidade adjudicante.

2 - Os pagamentos são efetuados no prazo de 60 dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva. Estas deverão conter obrigatoriamente, o n.º do contrato, bem como n.º sequencial de compromisso atribuído nos termos da Lei n.º 8/2012 - Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA) e indicado aquando da notificação de adjudicação.

3 - Em caso de discordância por parte da entidade adjudicatária, quanto aos valores indicados nas faturas, esta deve comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o mesmo, obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

4 - A entidade adjudicante, deve aprovar cada fatura apresentada pelo adjudicatário, no prazo máximo de 30 dias após a sua receção.

5 - A entidade adjudicante reserva-se o direito de não aprovar as faturas quando estas não respeitem o contrato ou este caderno de encargos.

6 - A entidade adjudicante reserva-se o direito de deduzir nos pagamentos a efetuar ao adjudicatário, importâncias relativas às penalidades contratuais que eventualmente tenham sido aplicadas, bem como todas as demais quantias que sejam legalmente exigidas.

7 - Não haverá lugar à revisão do preço contratualizado.

CAPÍTULO III - INCUMPRIMENTO CONTRATUAL E RESOLUÇÃO

Cláusula 13 - Penalidades contratuais

1 - Cada incumprimento, imputável ao adjudicatário, de qualquer das obrigações emergentes do contrato a celebrar, confere à entidade adjudicante o direito de exigir àquele o pagamento de uma penalidade pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, com o limite máximo diário correspondente a 1% (um porcento) do preço contratual, sem prejuízo do direito a ser indemnizada pelo dano excedente.

2 - Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante terá em conta, nomeadamente, a duração e as consequências do incumprimento, a sua eventual reiteração e o grau de culpa do adjudicatário.

3 - Em caso de incumprimento de qualquer dos prazos de fornecimento dos bens objeto do contrato a celebrar, bem como o incumprimento de quaisquer outros prazos de execução previstos no presente caderno de encargos, será aplicável uma penalidade, por cada dia de atraso, de montante correspondente a 1% (um porcento) do preço contratual, considerando-se verificado o incumprimento definitivo, por parte do adjudicatário, se esse atraso exceder 30 (trinta) dias, caso em que assistirá à entidade adjudicante a faculdade de resolver o contrato, sem prejuízo do direito à aplicação da penalidade contratual devida e, bem assim, à indemnização pelo dano excedente.

4 - O valor acumulado das penalidades aplicadas não poderá exceder o montante máximo de 20% (vinte porcento) do preço contratual, sem prejuízo da faculdade de resolução do contrato por parte da entidade adjudicante, nos termos da cláusula 15 do presente caderno de encargos.

5 - O limite previsto no número anterior poderá ser elevado para 30% (trinta porcento) do preço contratual, caso a entidade adjudicante opte por não resolver o contrato, por daí poder resultar grave dano para o interesse público.

6 - Ocorrendo a aplicação de uma penalidade pecuniária, nos termos dos números anteriores, a mesma poderá ser compensada, pela entidade adjudicante, por dedução

aos pagamentos que sejam devidos ao adjudicatário subsequentemente à data da verificação do facto que tenha dado origem àquela aplicação, podendo ainda a entidade adjudicante, para o mesmo efeito, executar a caução prestada / as retenções efetuadas, se tiver havido lugar à mesma.

Cláusula 14 - Força maior

1 - Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 - Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;

e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 - No caso de o evento de força maior apenas impedir parcialmente o cumprimento das obrigações do contrato, mantém-se o dever de cumprimento das demais obrigações que não sejam afetadas pelo referido evento.

5 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte, com a máxima antecedência ou assim que possível, informando, desde logo, do prazo previsível para o restabelecimento da normalidade contratual.

6 - A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 15 - Resolução por parte da entidade adjudicante

1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei e, bem assim, do direito à aplicação de penalidades, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, e não sanar o referido incumprimento num prazo razoável que lhe seja fixado pela entidade adjudicante para o efeito, salvo quando o cumprimento se tenha tornado impossível ou a entidade adjudicante tenha

objetivamente perdido o interesse na prestação, casos em que poderá resolver o contrato de imediato, independentemente de interpelação admonitória.

2 - A entidade adjudicante poderá resolver o contrato designadamente nos seguintes casos:

a) Incumprimento das características, especificações ou requisitos técnicos e prazos estabelecidas no presente caderno de encargos;

b) Pelo atraso ou interrupção reiterada no fornecimento dos Bens por período superior a 10 dias seguidos, ou declaração escrita do adjudicatário de que o atraso respetivo excederá esse prazo;

c) Prestação de falsas declarações e ou apresentação de falsa documentação;

d) Incumprimento, por parte do adjudicatário, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;

e) Oposição reiterada do adjudicatário ao exercício dos poderes de fiscalização da entidade adjudicante;

f) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas em inobservância dos termos e limites previstos na lei ou no contrato;

g) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto no n.º 4 da cláusula 13 do presente caderno de encargos;

h) Incumprimento pelo adjudicatário de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;

i) O adjudicatário se apresente à insolvência ou esta seja declarada pelo tribunal;

j) Incumprimento das obrigações relativas ao pagamento de impostos e contribuições para a Segurança Social, nos termos das disposições legais aplicáveis

k) Prestação de falsas declarações

l) Por razões de interesse público, devidamente fundamentado.

3 - A resolução do contrato pela entidade adjudicante não prejudica o direito de indemnização desta a ser ressarcida pelos prejuízos que lhe advenham da conduta do adjudicatário e dessa resolução.

4 - Nos casos de resolução sancionatória, havendo lugar a responsabilidade do adjudicatário, será o montante respetivo deduzido das quantias devidas, sem prejuízo do contraente público poder executar as garantias prestadas pelo adjudicatário.

5 - A resolução do contrato pela entidade adjudicante exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas.

Cláusula 16 - Resolução por parte do adjudicatário

1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 (seis) meses ou quando o montante em dívida exceda 25% (vinte e cinco por cento) do preço contratual, excluindo juros.

2 - Nos casos previstos no número anterior, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à entidade adjudicante, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

3 - A resolução do contrato nos termos do número anterior não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do Contrato a celebrar.

CAPÍTULO IV - CAUÇÃO E SEGUROS

Cláusula 17 - Caução

De acordo com o estipulado no n.º 2 do artigo 88.º do CCP, não é exigida a prestação de caução, para o bom e pontual cumprimento das obrigações contratuais.

Cláusula 18 - Seguros

1 - O adjudicatário deverá assegurar a cobertura do risco na execução das prestações objeto do contrato a celebrar, através da contratação e manutenção em vigor de apólice de seguro adequada, nomeadamente de responsabilidade civil por danos sofridos por terceiros.

2 - O adjudicatário deverá, ainda, contratar e manter em vigor um seguro de acidentes de trabalho para todo o seu pessoal, bem como todos os demais seguros legalmente exigíveis para as atividades a desenvolver no âmbito da execução do contrato a celebrar.

CAPÍTULO V – RESOLUÇÃO DE LETIGIOS

Cláusula 19 - Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, em razão da matéria.

CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 20 - Subcontratação e cessão da posição contratual

O adjudicatário não poderá subcontratar qualquer das prestações objeto do contrato a celebrar, nem ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos ou obrigações emergentes do mesmo, sem a prévia autorização da entidade adjudicante, nos termos do disposto nos artigos 316.º e seguintes do CCP.

Cláusula 21 - Cessão de posição contratual por motivos de incumprimento

1 - Para efeitos do disposto no artigo 318º-A do CCP, em caso de incumprimento pelo adjudicatário das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, a entidade adjudicante pode, em alternativa, determinar a cessão da posição contratual do adjudicatário ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pela entidade

adjudicante, pela ordem sequencial da ordenação de propostas ocorrida naquele procedimento.

2 - A execução do contrato ocorre nas mesmas condições propostas pelo adjudicatário inicial no procedimento pré-contratual, sem prejuízo da faculdade de modificação objetiva do contrato que assiste à entidade adjudicante e dentro dos limites legais para tal modificação.

3 - A cessão da posição contratual prevista na presente cláusula opera por mero efeito de ato da entidade adjudicante, sendo eficaz a partir da data por esta indicada.

4 - Os direitos e obrigações do adjudicatário inicial, desde que constituídos em data anterior à da notificação do ato referido no número anterior, transmitem-se automaticamente para o cessionário (novo adjudicatário) na data de produção de efeitos daquele ato, sem que este a tal se possa opor.

5 - A caução e as garantias prestadas pelo adjudicatário inicial são objeto de redução na proporção do valor das prestações efetivamente executadas e são liberadas seis (6) meses após a data da cessão, ou, no caso de existirem obrigações de garantia, após o final dos respetivos prazos, mediante comunicação dirigida pela entidade adjudicante aos respetivos depositários ou emitentes.

6 - A posição contratual do adjudicatário inicial nos subcontratos por si celebrados transmite-se automaticamente para o novo adjudicatário, salvo em caso de recusa por parte deste.

Cláusula 22 - Direitos de propriedade individual

1 - Correm inteiramente por conta do adjudicatário os encargos e responsabilidades decorrentes da utilização, no fornecimento de bens objeto do contrato a celebrar, de quaisquer elementos protegidos por um direito de propriedade intelectual.

2 - Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada ou a incorrer em responsabilidade, perante terceiros, com causa na infração de qualquer direito de propriedade intelectual

no âmbito da execução do contrato a celebrar, o adjudicatário obriga-se a indemnizar a entidade adjudicante por todas as despesas que, em consequência, esta haja de fazer e por todas e quaisquer quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

Cláusula 23 - Comunicações e notificações

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 - Quaisquer notificações e comunicações a efetuar entre as partes, nos termos do contrato ou da Lei aplicável, podem ser efetuadas por entrega pessoal aos representantes designados por cada uma das partes, por fax, por carta registada com aviso de receção, ou por correio eletrónico com aviso de entrega.

3 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte, no prazo máximo de 5 (cinco) dias após se ter verificado esta situação.

Cláusula 24 - Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, não se suspendendo aos sábados, domingos e dias feriados nos termos do disposto no artigo 471.º do CCP.

Cláusula 25 - Legislação aplicável

O contrato é regulado pelo CCP, e demais legislação aplicável.

Características da prestação de serviços relativa a Elaboração dos Projectos de Requalificação da Escola Joaquim Magalhães

A prestação de serviços, dever-se-á reger pelo objetivo e características gerais da obra, que a seguir se descrevem.

I. **Objetivo da obra** – A presente empreitada tem como objetivo, requalificação do edifício de ensino, bem como dos arranjos exteriores, incluindo campos de jogos, zonas de lazer e circulação exterior.

II. **Características gerais da obra**:

1. Intervenção em todo o espaço escolar (interior e exterior) incluindo o edifício destinado á prática desportiva, dotando-o de acessibilidade e mobilidade para todos conforme DL 163/2006 de 8 de agosto, devendo para tal ser proposta intervenção nos pavimentos, compartimentação, eliminadas barreiras arquitetónicas, introduzidos equipamentos e sistemas de transporte de pessoas e cargas, criadas instalações sanitárias para pessoas com mobilidade condicionada, conforme previsto no citado decreto-lei;

2. Melhoria do conforto térmico e qualidade do ar, que se traduza em aceitável desempenho energético do edifício, devendo para tal ser considerada:

a) A aplicação de isolamento na envolvente: paredes, coberturas e pavimento, em função do uso a que se destina cada um dos módulos edificados;

b) A substituição ou instalação de vãos em caixilharia de elevado desempenho térmico com vidros duplos e proteções solares exteriores;

c) A aplicação de sistemas de energia renováveis, com destaque para os coletores solares para aquecimento de águas sanitárias;

d) A Substituição ou instalação de caldeiras e esquentadores mais eficientes para o aquecimento de águas sanitárias e aquecimento ambiente;

e) A instalação onde se venha a considerar necessária de sistemas de climatização de espaços interiores por meio de equipamentos de aquecimento, ventilação e ar condicionado.

3. Melhoria do conforto acústico, sendo para tal propostos na requalificação dos espaços a introdução de materiais com performance acústica, sendo para tal considerado:

a) Intervenção nos pavimentos;

b) Intervenção nos vãos interiores;

c) Criação de tetos falsos.

4. Intervenção global nos equipamentos e sistemas elétricos, devendo ser completamente reformulada e atualizada toda a instalação elétrica, devendo ser tido em consideração a eficácia energética através da introdução de aparelhos de iluminação de baixo consumo;

5. Adequação do edifício ao disposto na Portaria n.º 1532/2008 de 29 de Dezembro, no que se refere á segurança contra incêndio em edifícios (SCIE);

6. Intervenção nas instalações, equipamentos e sistemas de comunicações, dotando a escola de um sistema de gestão técnica centralizada e segurança integrada, incluindo segurança contra risco de incêndios, videovigilância, intrusão e roubo;

7. Intervenção na rede de águas e equipamentos associados, com substituição de aparelhos de utilização dotados de maior eficiência hídrica;

8. Intervenção na rede de esgotos decorrente de acertos e reposicionamentos de equipamentos que se possam vir a considerar em projeto;

9. Intervenção na cozinha, revestimentos, pavimentos e drenagem, com avaliação do atual desempenho a nível de extração e renovação de ar, avaliação dos equipamentos a substituir e eventual introdução de novos equipamentos adequados às exigências atuais deste tipo de espaços;

10. Intervenção a nível da sinalética, tanto no respeitante á compartimentação interior como espaços exteriores;

11. Intervenção caso se justifique de instalações e sistemas de gás;

12. Intervenção no espaço exterior, com valorização de âmbito paisagístico e funcional proporcionando-lhe valências adequadas á sua utilização pelas diferentes faixas etárias da população escolar, pretendendo-se nesta intervenção a cobertura dos principais percursos pedonais.

III. Projetos, trabalhos e documentação inerentes á prestação de serviços

O presente procedimento contempla os projetos e documentações que deverão ser elaboradas nos termos do estabelecido na Portaria 701-H/2008, de 29 de Julho que se passam a transcrever:

1) Elaboração de levantamento topográfico da globalidade do recinto escolar;
2) Levantamento de todo o conjunto de edificações escolares, que servirá de base ao projeto de arquitetura;
3) Projeto de arquitetura incluindo:
4) Elementos gráficos elucidativos da proposta sobre a forma de plantas, alçados, e cortes;
5) Dimensionamento e características fundamentais da obra, sendo fornecidas as peças desenhadas às escalas convenientes;
6) Definição geral dos processos de construção e da natureza dos materiais e equipamentos a considerar, sendo para tal considerados mapas de vãos, mapas de acabamentos e pormenorização detalhada do processo construtivo;
7) Memória descritiva e justificativa das soluções preconizadas em projeto;
8) Espaços exteriores, incluindo acessos pedonais;
9) Projeto de estruturas, relativo a novas situações construtivas que possam decorrer da adaptação do edifício e espaço exterior aos requisitos das acessibilidades;
10) Comportamento térmico, segundo o Decreto-lei nº 79/2006 de 04 de Abril;
11) Instalações, equipamentos e sistemas de águas e esgotos;
12) Instalações, equipamentos e sistemas elétricos;
13) Instalações, equipamentos e sistemas de comunicações;
14) Instalações, equipamentos e sistemas de aquecimento, ventilação e ar condicionado, segundo o Decreto-lei nº 79/2006 de 04 de Abril;

15) Aquecimento de águas sanitárias e de ambiente, com verificação das normas e certificações aplicáveis;

16) Sistemas de segurança integrada, incluindo Segurança contra risco de incêndios, intrusão e roubo;

17) Sistemas de gestão técnica centralizada;

18) Instalações, equipamentos e sistemas de transporte de pessoas e cargas;

19) Instalações, equipamentos e sistemas a gás;

20) Condicionamento acústico;

21) Sinalética;

22) Mapa de medições, mapa de quantidades e orçamento com lista de preços unitários;

23) Caderno de encargos com definição das cláusulas técnicas a elaborar de acordo com os trabalhos descritos no mapa de quantidades e especificações do projecto;

24) Plano de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho;

25) Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição;

26) Assistencia técnica.

IV. Características e composição da documentação que deverá integrar os projetos a elaborarem:

1) Termo de Responsabilidade do autor de cada um dos projetos;

2) Declaração das habilitações dos projetistas, passadas pelas entidades competentes;

3) Peças do Projecto (Escritas e Desenhadas), organizadas de acordo com as especialidades, nos moldes estabelecidos nas Secções I e II do Capítulo II da Portaria nº 701-H/2008, de 29 de Julho, devidamente subscritos pelo respectivo autor e/ou Coordenador;

4) Fornecidos em papel de 2 volumes originais e um suporte com todos os ficheiros que compõem o projecto.

5) Os ficheiros de texto, tais como memórias descritivas e justificativas, bem como as cláusulas técnicas, devem ser fornecidos em formato Word;

6) O mapa de medições, mapa de quantidades e orçamento, deverão estar em formato Excel, e elaborados de acordo com o modelo fornecido;

7) Emissão de DCR (Declaração de Conformidade Regulamentar), segundo o RSECE, em número igual aos exemplares a entregar, caso a natureza da intervenção justifique tal documento;

8) Os desenhos contemplarão o formato AUTOCAD;

9) A documentação e peças desenhadas a entregar em formato digital deverão ser apresentadas com a respetiva assinatura digital.

V. Assistência técnica a prestar á obra

A assistência técnica deve ser prestada nos termos do disposto nos artigos 9º e 10º da Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho, nas seguintes condições:

1) Durante a fase de formação do contrato, dando cumprimento ao estipulado no n.º 2 do artigo 9.º da referida portaria;

2) Na análise de todas as listas de erros/omissões do projecto, apresentadas pelos interessados.

3) O prazo será o correspondente ao prazo de execução da empreitada, automaticamente prorrogável pelos prazos correspondentes às prorrogações se houver lugar às mesmas até à receção provisória. Se houver suspensão da obra, a prestação dos serviços é também suspensa.

4) A assistência técnica visa o acompanhamento dos trabalhos à medida que vão sendo executados.

5) A assistência técnica é obrigatória, nos termos do Artigo 9º da Portaria nº 701-H/2008, de 29 de Julho, pelo que se o Município de Faro decidir não realizar a empreitada, não haverá lugar ao pagamento do valor correspondente a essa fase, nem a qualquer indemnização.

6) Se o prestador de serviços não prestar assistência técnica à obra no prazo máximo de 2 dias úteis, o Município de Faro pode aplicar uma multa de até 1‰ (um por mil) do preço total por cada dia de atraso.

7) À data da receção provisória da empreitada, caso não estejam pendentes quaisquer situações ou processos, relacionados com a presente prestação de serviços, deve o prestador proceder à elaboração das Telas Finais, conforme aliena c), nº 03 do artigo 9º da Portaria nº 701-H/2008, de 29 de Julho.

VI. Situações a considerar na elaboração do projeto:

1. Na cozinha e refeitório da escola encontra-se em curso uma empreitada onde é considerada a requalificação destes espaços, sendo prevista a renovação de todo o equipamento de hotelaria e uma ligeira adaptação da compartimentação, o que á data da elaboração deste projeto deverá estar consumada em obra, pelo que estes compartimentos deverão ser considerados em projeto apenas nas especialidades que possam complementar esta recente intervenção, no âmbito da presente prestação de serviços;

2. No edifício (pavilhão) destinado á prática desportiva, a intervenção em projeto deverá ter em consideração uma requalificação, onde seja prevista a reparação de patologias que se venha a identificar, a requalificação de instalação sanitárias e balneários, devendo ser tido em consideração as normas de mobilidade e acessibilidade;

3. A intervenção no espaço exterior, deverá prever a possibilidade de introdução de um campo de futebol de sete, com dimensão de 40m x 60m em local a indicar pelo Serviço de Projetos Municipais.

VII. Fazes e prazo a considerar na prestação de serviços:

1. **1.ª Fase,** com prazo de 60 dias e entrega de:
   - **a)** Levantamento topográfico;
   - **b)** Levantamento do edifício;
   - **c)** Entrega de Projeto base de arquitetura e arranjos exteriores, composto por memória descritiva e justificativa das soluções preconizadas em projeto, elementos gráficos elucidativos da proposta sobre a forma de plantas, alçados, e cortes, dimensionamento e características fundamentais da obra.

2. **2.ª Fase** com prazo de 60 dias e entrega de:
   - **a)** Projecto de execução de arquitetura e especialidades e infraestruturas, elaboradas de acordo com o projeto de arquitetura, incluindo os elementos constantes do Cap. III, com exceção da Assistência Técnica.

3. **3.ª Fase** - Assistencia técnica.

VIII. Recursos humanos a utilizar

1. A mobilização e seleção dos meios humanos necessários à execução dos trabalhos a cargo do prestador de serviços é de sua inteira responsabilidade, devendo este garantir que todos os técnicos autores dos projetos estão devidamente habilitados a executá-los, conforme estabelecido na Lei n.º 31/2009, de 3 de julho e Portaria n.º 1379/2009, de 30 de outubro.

2. A Equipa do Projeto será necessariamente liderada por um "Coordenador do Projeto".

3. O Coordenador do Projeto é o responsável máximo pela execução de todos os serviços definidos e pela execução de todas as ações e obrigações que se revelem indispensáveis ao pleno cumprimento das obrigações contratuais, nomeadamente, pela coordenação dos trabalhos respeitantes à elaboração do Projecto e à Assistência Técnica, bem como, o responsável da equipa perante o Município de Faro.

IX. Condicionantes ao desenvolvimento do projeto

a) A elaboração do projeto na fase de arquitetura carece de acompanhamento do Serviço de Projetos Municipais da Câmara de Faro, ou por outro organismo funcional que a Câmara designe para o efeito;

b) O prestador de serviços é responsável por todos os licenciamentos junto das Entidades Oficiais intervenientes. Este obriga-se a efetuar sem direito a qualquer indemnização todas as alterações/correções exigidas pelas referidas Entidades para o licenciamento, desde que se enquadrem no âmbito do projecto;

c) Os prazos determinados para a elaboração do projeto serão interrompidos sempre que a evolução dos trabalhos dependa de pareceres exteriores que influenciem o seu desenvolvimento;

d) Após as entregas correspondentes á 1.ª e 2.ª fase, os elementos entregues serão alvo de análise e parecer da Câmara Municipal e demais entidades

intervenientes, ficando a aceitação de cada uma das fases dependente de perecer final por parte da Câmara Municipal.

António Palma
ARQUITETO